

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FIOLOGIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES
JORNALISMO

ALÉM DOS JOGOS: GESTÃO E INVESTIMENTO NO ESPORTE
UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO

Beatriz Monteiro Loss

Orientador: Prof. Dr. Urbano Nobre Nojosa

São Paulo
2023

Agradecimentos

Gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Esta jornada foi desafiadora e enriquecedora, e muitas pessoas foram essenciais nesta etapa da minha vida.

Quero agradecer primeiramente aos meus pais, Valéria e Edmilson, por sempre acreditarem em mim e na minha capacidade e pelo constante encorajamento. Ao meu irmão, Pedro, que sempre me apoiou.

À minha companheira, Ana Luiza, obrigada por estar comigo em todos esses anos, especialmente este último, por ser sempre conforto e segurança e por me colocar pra cima nos momentos que desacreditei.

À Pegada Louca, meu time do coração, por me apresentar o universo do esporte universitário, razão deste trabalho.

A todos meus amigos e amigas de dentro e de fora da PUC, que também estiveram presentes comigo durante toda a graduação, obrigada por tornarem tudo mais leve e divertido.

Agradeço também ao meu orientador, Urbano Nobre Nojosa, pelos apontamentos e conselhos valiosos e pela paciência ao longo desse processo. Sua orientação foi fundamental para chegar até aqui.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha jornada acadêmica na graduação e pelas contribuições valiosas em sala de aula.

A todos, o meu muito obrigada!

Beatriz Loss

Resumo

O esporte universitário é um segmento esportivo significativo e indispensável nas Instituições de Ensino Superior (IES), uma vez que proporciona melhorias para todos os estudantes que praticam, tanto para a saúde física e mental, como na questão de sociabilidade e integração, porém carece de atenção na gestão e investimento. Assim, o propósito deste trabalho é contribuir para esse tema, apresentando o cenário esportivo atual e seus obstáculos. Além disso, a pesquisa pretende também mostrar outras possibilidades de o esporte universitário ter êxito não só nas competições existentes, mas também como um passo para a profissionalização. A pesquisa leva em consideração os diferentes cenários das instituições de ensino públicas e privadas.

A escolha deste tema ocorreu devido ao descontentamento pessoal da autora em relação ao contexto do esporte universitário no qual estava inserida.

O formato de suporte escolhido para o produto da pesquisa é um podcast, uma vez que o trabalho buscou muitas entrevistas e por ser um tipo de conteúdo que a autora aprecia.

Palavras-chave: esporte universitário, gestão esportiva, investimento.

Abstract

University sports is a significant and indispensable sports segment within colleges and universities as it brings improvements to all students who participate, both in terms of physical and mental health, as well as sociability and integration. However, it lacks attention in terms of management and investment. Therefore, the purpose of this work is to contribute to this topic by presenting the current sports scenario and its challenges. Additionally, the research also aims to explore other possibilities for university sports to succeed, not only in existing competitions but also as a step toward professionalization. The research takes into account the different scenarios in public and private educational institutions.

The choice of this topic arose from the author's personal dissatisfaction with the context of university sports in which she was involved.

The chosen format for the research product is a podcast, as the work involved numerous interviews and aligns with the author's appreciation for this type of content.

Keywords: college sports, sports management, investment

Lista de Siglas

AAA: Associação Atlética Acadêmica

CBDU: Confederação Brasileira de Desporto Universitário

COB: Comitê Olímpico Brasileiro

CPB: Comitê Paralímpico Brasileiro

FISU: Federação Internacional de Esporte Universitário

FUME: Federação Universitária Mineira de Esportes

IES: Instituição de Ensino Superior

JUBs: Jogos Universitários Brasileiros

FUE: Federação Universitária Estadual

Formato

O formato escolhido para suporte do presente trabalho foi um podcast disponível no Spotify e composto por três episódios, detalhados a seguir:

1 – A gestão do esporte universitário no Brasil

Este episódio inicia com um breve contexto histórico do esporte universitário no Brasil, desde o seu surgimento, no século XIX, passando pelos principais acontecimentos desde meados de 1916 até os anos atuais. Seguida das principais definições do esporte universitário e como ele se dá no Brasil. Além disso, o podcast também explica as diferenças em alguns dos principais campeonatos e a falta de reconhecimento. E também, conta com uma entrevista com Cláudio Gomes Barbosa, membro da Pró-Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que possui pesquisas sobre o assunto e trabalha com este segmento dentro da UFU.

2 – Formas de financiamento do esporte universitário

Este episódio é voltado as políticas públicas e outras formas de captação de recursos existentes hoje em dia para o esporte universitário. Nele, algumas leis de regulamentação e repasses financeiros são explicados, além de apresentar novas propostas de alternativas de fonte de capital. Também são apresentadas algumas pesquisas relacionadas a dificuldades de conciliação entre estudos e treinos e como isso afeta a permanência de estudantes-atletas. E por último, fazemos também uma comparação com o esporte universitário norte-americano, que tem grande êxito. Neste episódio, Cláudio Gomes Barbosa, da UFU, também participa, além de Helena Laborne, economista formada pelo Insper e ex-atleta de vôlei e também Laís Martins, ex-aluna da PUC-SP que foi integrante da AAA de Comunicação e Artes e nos conta da sua experiência.

3 – Como as instituições de ensino superior incentivam o esporte

Este episódio é baseado em três principais entrevistas com gestores esportivos e/ou profissionais ligados ao esporte no Centro Universitário UniSant’Anna e na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, a FECAP. Nele, são apresentadas as principais formas de incentivo aos estudantes-atletas que têm tido sucesso.

Podcast disponível em: <https://open.spotify.com/show/21MAICrdwvfRGt9yYuUhhs>

Apresentação

O esporte universitário é um fator de grande importância nas universidades, mas que nem sempre tem seu devido valor reconhecido. Através dele, jovens adultos buscam democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, além de fortalecer a identidade cultural esportiva no ambiente acadêmico. Além disso, o esporte também tem grande impacto na qualidade de vida dos estudantes universitários, pois gera uma melhora na saúde tanto física como mental, e na sociabilidade e integração dos alunos.

Apesar de toda a importância e dos pontos positivos, o esporte universitário no Brasil é, na maioria das vezes, deixado de lado pelas universidades, tanto públicas como privadas, e sofre com falta de gestão e investimento. Não há uma gestão do esporte universitário no País, nem pelas entidades governamentais e nem por órgãos privados voltados ao esporte escolar e universitário.

Existem alguns diferentes universos do esporte universitário, mas nem todos são conhecidos. O primeiro é o esporte universitário de rendimento, que pode ser oficial, regulamentado pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), que recebe uma certa porcentagem de repasses provenientes do governo federal para organização de grandes campeonatos regionais e nacionais, e para participação em torneios internacionais, organizados pela Federação Internacional do Esporte Universitário (FISU). O esporte universitário de rendimento pode ser também não oficial, como por exemplo jogos universitários de menor proporção que são divididos por cursos, como Jurídicos, Economistas, InterMed, JUCA (Jogos Universitários de Comunicação e Artes), entre outros. O não oficial é o mais conhecido nas universidades e é a primeira coisa que pensam quando o assunto é jogos universitários. Eles acontecem em cidades do interior dos estados organizados por uma liga formada por membros das Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs) participantes. Nessas competições menores, a questão social tem um pouco mais de importância, uma vez que, são organizadas festas também, além dos jogos.

O segundo é o esporte universitário de participação, que é o tipo praticado dentro das universidades apenas por lazer e sem nenhuma seleção prévia, visando o lazer e o entretenimento. O terceiro seria o esporte universitário educacional, que deveria fazer parte da grade curricular das IES visando a saúde e o bem-estar dos estudantes.

A gestão do esporte universitário deixa a desejar tanto quanto a questão do investimento. É de responsabilidade de cada IES, independente se pública ou privada, ter

seu próprio gestor especializado no assunto para auxiliar as AAAs existentes na instituição. Muitas das IES que possuem um gestor profissional e especializado para tal cargo, possuem uma única atlética que mantém o foco nos jogos oficiais organizados pela CBDU. Existem também algumas IES que prezam pela melhora do esporte universitário há pouco tempo e ainda não conseguem priorizar campeonatos tão grandes. E, por último, há também as IES que não possuem nenhum tipo de gestor e todo o cenário esportivo é organizado e estruturado por AAAs, que geralmente são divididas por cursos, como por exemplo, uma atlética de comunicação, uma de direito, outra das engenharias, medicina, e assim por diante. Essas AAAs são geridas por estudantes de forma voluntária e na maioria das vezes não possuem nenhuma experiência prévia.

O formato do esporte universitário brasileiro não é planejado para ter um grande desenvolvimento ou sucesso, muitas vezes campeonatos e torneios são descontinuados por falta de interesse e incentivo. Além disso, há uma falta de políticas públicas e privadas para que os estudantes-atletas consigam estudar, trabalhar e treinar ao mesmo tempo, o que gera uma grande perda para o esporte.

Contudo, o objetivo desta pesquisa é analisar o cenário do esporte universitário brasileiro, seu potencial e como este segmento esportivo poderia ser melhor administrado focando em projetos de longo prazo e profissionalização dos atletas. Além disso, a pesquisa busca expor formas alternativas de investimento nesta área para que existam outras possibilidades.

Desenvolvimento

O esporte universitário é extremamente importante, assim como as demais práticas esportivas. Ele tem o papel de promover saúde e bem-estar, integração entre a comunidade acadêmica, lazer e entretenimento e consolidar a identidade esportiva dos estudantes, contribuindo não apenas para o desenvolvimento físico, mas também para o aspecto social e emocional dos atletas.

Além disso, o esporte universitário é importante também para o cenário esportivo brasileiro, que com os investimentos e gestão adequados tem capacidade de revelar novos atletas para o esporte profissional de diversas modalidades.

Segundo Fernando Castro Maroni, no sexto capítulo do livro “Gestão do Esporte no Brasil”, o esporte universitário e a gestão esportiva num geral são nichos de alto potencial de crescimento no Brasil. Porém, estamos atrasados em relação a outros países, principalmente por falta de gestão, investimento, reconhecimento e administração.

O esporte universitário é um segmento esportivo muito particular, que sofre a influência de fatores históricos, sociais, culturais e legais. A maioria dos envolvidos nesse meio o define como uma área com potencial de crescimento, vislumbram uma série de oportunidades e melhorias que poderiam acontecer em caso de maior investimento. Enxergam possuir um público segmentado de altíssimo interesse por parte de diversas empresas eventuais patrocinadoras, tem um grande apelo para a mídia, mas, com exceção de competições de nível nacional, a realidade continua acontecendo da maneira como sempre ocorreu: com pouquíssimos investimentos, competições esvaziadas, desorganização, pouco interesse da mídia e falta de planejamento. (Maroni, 2012, p. 139)

Outras pessoas, que não vivenciam o esporte universitário diretamente em suas rotinas, podem ter outra visão sobre o tema. Muitas vezes pensam que o esporte universitário é regado à baderna, bagunça, bebedeira e outros termos que não deveriam estar ligados à prática esportiva, portanto, acreditam que não há uma gestão e investimentos adequados por falta de foco e “profissionalismo”. Apesar de frequentemente vermos que parte da administração do esporte universitário é realmente marcada por gestões amadoras, os diversos segmentos deste cenário deveriam ter investimentos correspondentes e gestores qualificados.

Em Stern et al (2009) encontra-se uma definição sobre as formas de prática do esporte universitário brasileiro:

(a) Esporte Universitário de Rendimento, praticado por alunos selecionados dentro de cada Instituição de Ensino Superior (IES), com o objetivo de participar de competições interuniversidades, inclusive em campeonatos oficiais das Federações Universitárias Estaduais e pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU); (b) Esporte Universitário de Participação, praticado por qualquer aluno, de modo voluntário, sem qualquer tipo de seleção, seja em competições internas ou atividades esportivas recreativas com outros alunos, visando à integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação; (c) Esporte Universitário Educacional, praticado nas IES por meio da Educação Física Curricular ou nas Entidades Acadêmicas Esportivas (Associações Atléticas Acadêmicas, Clubes Acadêmicos, Departamentos Esportivos de Centros ou Diretórios Acadêmicos), com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer. (STERN ET AL, 2009)

A maioria das IES possui a prática do Esporte Universitário de Rendimento, cada uma com seus diferentes níveis, mas sempre visando a prática do esporte voltada para competições sejam elas oficiais ou não.

Conceituando este eixo esportivo, de acordo com Veloso (2005), o desporto universitário nada mais é do que qualquer prática de esporte seja ela voltada para o lazer (participação), educação ou desempenho, praticado por alunos de graduação ou pós-graduação dentro da IES.

Agora, tendo o conhecimento dos conceitos e definições do esporte universitário praticado no Brasil, é importante entendermos o contexto histórico e sua origem no País. O surgimento do esporte universitário no Brasil é dividido em etapas de acordo com seu momento político e histórico. As primeiras manifestações, datadas no final do século XIX, se deram de forma autônoma, com eventos realizados entre o Colégio Mackenzie (São Paulo-SP) e a Faculdade de Medicina e Cirurgia (Rio de Janeiro - RJ) sem a participação do estado (STAREPRAVO et al. 2010).

As federações de esporte universitário do Brasil começaram a surgir na década de 30. A primeira foi em 1933 no Rio de Janeiro. Nomeada Federação Atlética de Estudantes (FAE), a entidade foi responsável por organizar vários campeonatos esportivos entre centros acadêmicos e grêmios estudantis do Rio de Janeiro ao longo da década. No ano seguinte, 1934, em São Paulo, foi criada a Federação Universitária Paulista de Esportes

(FUPE), fundada por meio de uma assembleia que teria reunido representantes de todos os centros acadêmicos de São Paulo. Assim como no Rio de Janeiro, a FUPE foi a entidade responsável por gerir e incentivar todo o esporte universitário em São Paulo ao longo daqueles anos. Por volta de 1938, já existia também uma Federação Universitária Mineira de Esportes (FUME), sobre a qual não temos tantas informações.

Essas entidades federativas coordenavam competições esportivas periódicas de diversas modalidades, geralmente realizadas utilizando espaços de clubes. Algumas dessas competições eram elogiadas pela imprensa local, sendo descritas como “competições atléticas férteis”, eventos de “extraordinário êxito”, “lutas esportivas gigantescas e emocionantes” (DIAS e PESSOA, 2019). Em geral, a relação entre os estudantes e a imprensa era positiva, uma vez que estudantes que participavam da direção das entidades esportivas universitárias, trabalhavam também para alguns jornais. Além disso, tanto pela percepção dos esportes como um meio relevante para a educação quanto pelo reconhecimento das oportunidades comerciais associadas a essas práticas, os jornais demonstravam disposição em assumir a responsabilidade de promover e divulgar a atividade esportiva, incluindo aquelas ligadas ao esporte universitário.

Neste período, nenhuma dessas entidades recebia auxílio financeiro regular do Estado ou das universidades, fator que constantemente era alvo de críticas e reclamações, pois convites para campeonatos internacionais organizados pela FISU, como por exemplo os VI Jogos Internacionais Universitários, que aconteceu em Budapeste em 1935, tinham de ser negados por falta de recursos.

Em 1939, foi fundada a CBDU, mas ainda com outro nome e sem a regulamentação oficial do Estado, que só foi ocorrer dois anos mais tarde, em 1941, por meio do Decreto-lei 3.617, que também oficializou os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), que teve sua primeira edição alguns anos antes, em 1935. Além disso, o Decreto oficializou também as AAAs e as funções destas entidades. STAREPRAVO et al. (2010) afirma que antes desta interferência do estado todas as formas de esporte que existiam no Brasil eram realizadas de forma autônoma.

Na época, a lei foi considerada como um grande avanço para o crescimento do esporte universitário, no entanto o texto determina que a gestão do esporte dentro das universidades seja de responsabilidade dos estudantes por meio das AAAs.

Durante os anos de governo de Vargas, entre 1930 e 1945, houve um maior investimento no esporte universitário. Um político com uma agenda populista e autoritária, que deu maior visibilidade e apoio ao esporte no geral, incluindo o que era

praticado nas universidades. Ele incentivou as práticas esportivas de estudantes como parte das estratégias para difundir sua ideologia nacionalista. No entanto, é importante ressaltar também que neste período as universidades eram espaços extremamente elitizados, portanto quem frequentava essas instituições eram filhos de famílias abastadas e com grande poder político. Então, tudo era feito pensando nas possíveis articulações. Assim, a intervenção do Estado no esporte se deu por três motivos principais: a potencialização do patriotismo e mitigação de distúrbios políticos internos, propaganda político-ideológica no cenário internacional e a promoção do bem-estar social (BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q., 2003).

Na década de 90 foram criadas duas principais leis que regulamentaram o esporte no País. A lei federal nº 8.672, de 6 de julho de 1993, conhecida como Lei Zico, trouxe uma série de definições para o esporte, como as já citadas anteriormente, como esporte educacional, de participação e de rendimento, não direcionada exclusivamente ao esporte universitário, mas sim a todo tipo de esporte praticado no Brasil. A lei define esporte como uma atividade física voltada para a promoção da qualidade de vida, afastando-se da ênfase exclusiva no desempenho e nos resultados, anteriormente centrada na parte técnica. Além disso, destaca a importância da formação individual em detrimento do caráter nacional, uma mudança em relação às percepções passadas. A inclusão mais enfática do termo "lazer" também é ressaltada, visando integrar o indivíduo de forma mais abrangente na sociedade. Esses conceitos refletiam as discussões mais profundas sobre o entendimento do esporte e suas relações com a sociedade.

A Lei Zico deu também maior autonomia às instituições e federações que organizavam o esporte no Estado: “Art. 9º As entidades federais de administração do desporto são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomos, e terão as competências definidas em seus estatutos” (Brasil 1993).

Melo Filho (1994), ao analisar a lei Zico, considerou que a regulamentação criou condições para uma nova era na estrutura esportiva, seja fortalecendo a iniciativa privada, seja reduzindo a interferência do Estado nas atividades desportivas, com a manutenção dos controles e formalidades imprescindíveis, seja afastando qualquer atuação cartorial e policial que pudesse inibir a criatividade e a autonomia dos diversos segmentos desportivos.

A segunda lei federal nº 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé, é praticamente uma atualização da Lei Zico, porém ela reafirma o esporte como um direito social da população e um dever do Estado: “Art. 2º O desporto, como direito individual,

tem como base os princípios de: [...] V – do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas esportivas formais e não-formais” (Brasil, 1998).

Já nos anos 2000, surgiu uma atualização na legislação em relação ao financiamento do esporte, através da lei federal nº 10.264, de 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Agnelo Piva. A lei prevê que parte da arrecadação das loterias federais em operação no país, descontadas as premiações, fossem destinados em favor do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Além disso, no que diz respeito ao esporte educacional, a Agnelo Piva determina ainda que, do total arrecadado por essas instituições, 10% deverão ser investidos no desporto escolar e 5% no desporto universitário. Segundo Starepravo et al. (2010) a lei Piva ajudou a definir um marco de ascensão do esporte universitário a partir de 2004 ganhando mais financiamento e apoio midiático.

Gomes Barbosa (2017), em sua tese de doutorado, organiza as entidades do esporte universitário de forma piramidal, onde a entidade responsável pela sua prática é a CBDU. Abaixo dela existem as Federações Universitárias Estaduais (FUE) que regem e são responsáveis pelo esporte universitário em seu estado. Na base dessa pirâmide estão as IES que são o motivo pela existência de toda essa estrutura. Sem um financiamento adequado e capacitação dos seus gestores para a promoção de projetos esportivos aos estudantes e manutenção dos espaços físicos, este sistema perde forças e competitividade.

Existe também grande diferença de potencial entre as gestões esportivas e investimentos de IES públicas e privadas. As IES de natureza privada muitas vezes destacam-se primordialmente no âmbito da gestão esportiva interna. Elas se beneficiam de recursos financeiros provenientes das mensalidades dos estudantes, alinhados a parcerias empresariais e contribuições de doadores individuais. Esse conjunto de fontes viabiliza a alocação de recursos no orçamento para aprimoramentos na infraestrutura, a concessão de bolsas de estudo destinadas a atletas que representem a instituição, e a possibilidade de contratar profissionais especializados para a gestão esportiva. Em contrapartida, as universidades públicas enfrentam limitações por possuírem unicamente recursos provenientes do Estado, o que acaba impactando a disponibilidade de recursos destinados a melhorias significativas na infraestrutura e nos serviços oferecidos.

O Brasil caracteriza-se pela coexistência de universidades públicas e privadas, o que por si só introduz uma notável disparidade na competitividade entre elas. As instituições de ensino privadas, respaldadas por financiamento privado, concedem bolsas a atletas independentemente de sua formação esportiva. Já as universidades públicas dependem da

admissão de alunos com habilidades específicas em determinada modalidade, visando desenvolvê-las durante o período acadêmico. O sistema esportivo universitário brasileiro, contudo, não distingue entre esses modelos, o que prejudica tanto a competitividade quanto o interesse das universidades públicas em participar de eventos esportivos oficiais.

Nas IES Privadas que participam do esporte universitário, existe uma tendência a institucionalizar a gestão do esporte, criando setores e departamentos exclusivos para este segmento. Entretanto, mesmo com a tendência de profissionalização nas IES Privadas, sem o incentivo à capacitação e investimentos, não se pode garantir a profissionalização dos gestores, nem bons resultados (MAZZEI; BASTOS, 2012)

A escassez de recursos repercute inevitavelmente no desempenho dos atletas universitários, pois a ausência de uma estrutura de apoio uniforme nas instituições públicas resulta na participação desses atletas em competições ao lado de colegas de diferentes níveis de preparo esportivo. Apesar de toda essa diferença existentes entre o esporte no ensino público e privado, ainda existem também as universidades privadas que mesmo com toda a capacidade e recursos financeiros para melhorias e incentivo esportivo aos estudantes-atletas, não se importam com este segmento dentro de sua organização e não se interessam em incentivar os atletas que participam de diversos torneios defendendo o nome da universidade e não oferecem nem mesmo bolsas de estudos ou repasses para as AAAs que funcionam por esforço próprio.

Além disso, o panorama do esporte universitário no Brasil revela uma falta de continuidade significativa. Os estudantes do ensino fundamental e médio carecem de estímulos para prosseguir no cenário esportivo no ensino superior, enquanto os atletas universitários, por sua vez, não encontram incentivos para sua profissionalização.

Notavelmente, o governo não projetou um plano específico para aprimorar e promover o esporte escolar e universitário como meio de formação de atletas. Este fenômeno é cultural e destoa da prática em diversos países desenvolvidos. No Brasil, o enfoque recai predominantemente na iniciação esportiva em clubes, com uma evidente ausência de ênfase nas esferas escolar e universitária. Ao contrário de países como os Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, onde as modalidades esportivas coletivas possuem uma base sólida no âmbito universitário, tal estrutura é escassa no cenário brasileiro, resultando em um menor investimento governamental.

Estudos anteriores dos autores Di Pierro (2015) e Correia (2014) reforçam esse antagonismo ao evidenciarem as dificuldades enfrentadas pelos alunos-atletas brasileiros criadas pelas imposições previstas na legislação educacional brasileira. A rotina de treinos e jogos mostra-se incompatível com a realidade da rede de ensino, pela rigidez do controle de frequência e do calendário escolar. Mesmo assim, alguns resistem até ingressarem no Ensino Superior, quando as obrigações esportivas se intensificam. É o momento de maior oposição entre duas ferramentas sociais tão importantes: o esporte e a educação. Diante disso, o caminho para a profissionalização se torna muito arriscado, porque ser atleta profissional de alto rendimento e cursar uma universidade de qualidade é uma realidade muito distante para os brasileiros.

Segundo pesquisa do Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte), do Ministério do Esporte, com coleta de dados realizada em 2013, mas divulgada apenas em junho de 2015, feita com quase 9 mil entrevistados a respeito de práticas esportivas e atividades físicas. A taxa de abandono da prática esportiva se dá majoritariamente entre os 16 e os 24 anos de idade, faixa etária que corresponde ao fim do período escolar e início do ensino superior, com a porcentagem chegando a 45%. Destes, a maioria, quase 70%, afirmam que o motivo foi a falta de tempo para estudos, trabalho e família.

Fazendo um paralelo com os Estados Unidos, país onde o esporte universitário tem enorme proporção e é muito incentivado, não só pelo governo, mas também pelas universidades e por empresas privadas que servem de patrocinadores esportivos. O principal campeonato universitário existente é ligado à National Collegiate Athletic Association (NCAA), uma organização sem fins lucrativos responsável por esse segmento do esporte nos EUA, que assume um papel crucial no processo de identificação e implementação de melhores práticas de gestão na indústria esportiva, dada a destacada posição do país em termos de desempenho e valor transacionado no mercado. O campeonato possui no total 3 divisões, 24 modalidades esportivas, 90 campeonatos, 1.100 universidades e mais de 500 mil estudantes-atletas. Em 2021, geraram a receita recorde de US\$1,16 bilhões majoritariamente em direitos televisivos e marketing esportivo.

Esse formato de captação de recursos do campeonato estadunidense, nos da bons exemplos de formas alternativas de financiamento do esporte universitário, que também poderiam funcionar no Brasil. Segundo dados de 2012, da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing -, a indústria esportiva representava 0,6% do PIB brasileiro. Em 2014, um estudo escrito por Marcelo Weishaupt Proni constatou que, de 2004 a 2014, o PIB do esporte teve um crescimento superior ao PIB global e, nesse ano, a sua

participação percentual já girava em torno de 1,5%, mais do que o dobro de 2012. Contudo, vemos que o investimento no esporte universitário pode dar bons resultados não só para os estudantes-atletas, mas também em termos de crescimento econômico para o país ou empresas privadas.

A incapacidade de valorizar o esporte não-profissional evidencia-se na persistência de uma política de desenvolvimento descontínua, incapaz de replicar iniciativas bem-sucedidas. A institucionalização recente do esporte no Brasil reflete a falta de reconhecimento imediato de sua importância para o país, resultando em uma gestão instável. A ausência de uma política nacional direcionada ao esporte escolar e universitário é notória, mesmo com alguns investimentos estatais, os quais, em sua maioria, revelam-se insuficientes e mal administrados. A alocação de recursos para esse setor esportivo equivale a apenas 0,10% do montante total previsto para reinvestimento proveniente das Loterias Federais. A falta de incentivos, como bolsas ou auxílios, para os estudantes-atletas compromete sua continuidade nos treinos e estudos, muitas vezes levando ao abandono do esporte. Embora as outras fontes de receita possuam grande potencial, a ausência de projetos voltados para aprimorar o esporte universitário é evidente. Adicionalmente, a falta de perspectivas de profissionalização atua como um fator desestimulante para os atletas, uma questão que poderia ser mitigada com investimentos mais substanciais.

Conclusões

Diante de todo o cenário do esporte universitário brasileiro exposto anteriormente, podemos perceber que a gestão é caracterizada por amadorismo devido à realização direta pelos estudantes universitários que não possuem nenhum tipo de experiência prévia e nem formação para tal gestão, além de desempenharem suas funções de forma voluntária dentro das IES. A gestão do esporte universitário oficial, regulamentado pela CBDU e pelas FUEs não é propriamente amador, pois inclui gestores esportivos especializados que organizam grandes competições de alto nível, porém, não são competições inclusivas por não levarem em consideração os diferentes níveis dos atletas das diferentes IES.

Como vimos, o Estado tem algumas leis que definem e regulamentam o esporte universitário e algumas políticas públicas de investimento e repasse das Loterias Federais, porém, assim como a gestão, também deixam a desejar. Atualmente no Brasil não existem na prática formas alternativas de financiamento do esporte universitário, fator que também acaba por prejudicar o segmento.

São muitos os desafios enfrentados pelo esporte universitário no Brasil, como repercussão direta da escassez de recursos na performance dos atletas. A disparidade entre as instituições públicas e privadas, onde até mesmo universidades com capacidade financeira significativa negligenciam o apoio aos estudantes-atletas, aprofunda as desigualdades presentes. Além disso, a falta de continuidade na trajetória esportiva, desde o ensino fundamental até a universidade, evidencia uma lacuna na promoção de estímulos e incentivos à profissionalização dos atletas.

A ausência de um plano governamental específico para aprimorar o esporte escolar e universitário destaca-se como um ponto crítico, refletindo uma falha cultural no país. O contraste com países desenvolvidos, onde o esporte possui uma base sólida no âmbito universitário, enfatiza a escassez estrutural no cenário. Esta discrepância ressalta a necessidade de políticas abrangentes que visem não apenas à distribuição igualitária de recursos, mas também o estímulo continuado desde as fases iniciais da formação esportiva.

Diante desse cenário desafiador, medidas assertivas que envolvam parcerias entre instituições de ensino, órgãos esportivos e o governo são fundamentais. O desenvolvimento de programas de incentivo financeiro, a criação de bolsas de estudos para atletas universitários e a implementação de políticas educacionais que promovam a

cultura esportiva desde as bases poderiam contribuir significativamente para a melhoria do panorama esportivo no contexto acadêmico brasileiro.

O contexto dos estudantes-atletas brasileiros revela uma contraposição clara, evidenciando desafios decorrentes das restrições da legislação educacional. A incompatibilidade entre treinos, jogos e o rigor do controle de frequência escolar cria obstáculos que persistem até o Ensino Superior. Nesse estágio da vida, de transição do ensino fundamental/médio para o superior, as obrigações esportivas aumentam, gerando um conflito entre esporte e educação. A comparação com os EUA destaca o papel crucial da NCAA, impulsionando o esporte universitário com amplo apoio governamental e empresarial. Seu modelo eficiente de captação de recursos, especialmente por meio de direitos televisivos e marketing esportivo, oferece inspiração para alternativas de financiamento no Brasil. Investir no esporte universitário não só beneficia os estudantes-atletas, mas também promove o crescimento econômico para o Estado e empresas privadas.

Segundo Toledo (2006), o estado deveria ter o papel de fomentador, planejador e executor de atividades para o esporte universitário. Porém, alguns estudos mostram que dentro das IES públicas prevalece uma gestão do esporte sob total responsabilidade dos alunos, por meio das AAA, entretanto com pouco apoio e respaldo das Administrações Superiores. Entende-se que o papel dos alunos seja apenas o de participação nas competições promovidas pela CBDU, entidade máxima que coordena e administra este esporte em todo o Brasil.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, C. G. A gestão pública do esporte universitário brasileiro: a bola não deve entrar por acaso. Orientador: Afonso Antonio Machado. 95. 2017. (Tese de doutorado). Desenvolvimento humano e tecnologias. Unesp. Rio Claro, 2017;

BRACHT, V. ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003;

BRASIL. Ministério do Esporte. Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte). Ministério do Esporte, junho/2015. Disponível em:
<http://www.diesporte.gov.br/diesporte_grafica.pdf>

BRASIL. Rede do Esporte. Lei Agnelo/Piva: recursos perenes para investimento no esporte brasileiro. Rede do esporte, 2016. Disponível em:
<<http://rededoesporte.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva>>

CORREIA, C.A.J. Entre a profissionalização e a escolarização: projetos e campo de possibilidades em jovens atletas do Colégio Vasco da Gama. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DIAS, C; PESSOA, V. L. F. História do esporte universitário no Brasil (1933-1941). UFMG. Belo Horizonte, 2019.

DI PIERRO, C. Diálogos sobre Psicologia do esporte: Psicologia do esporte, práticas integrativas e complementares. Do que estamos falando? In: CICLO ESTADUAL DE DEBATES DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2015, São Paulo.

DUARTE, H. L. C. L. O modelo de gestão esportiva no Brasil e possíveis implicações no esporte universitário. Orientador: Silvio Abrahão Laban Neto. 41. 2022. TCC Bacharelado em Economia. Insper. São Paulo, 2022.

MARONI, Fernando Castro. Gestão do esporte universitário. *In*: MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. C. Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas. 1ª edição, Ícone Editora, p. 139, São Paulo, 2012.

MELO FILHO, A. 1994. Nova lei de desporto comentada. Rio de Janeiro: Forense.

PRONI, Marcelo Weishaupt. A economia do esporte em tempos de Copa do Mundo. *ComCiência*, Campinas, n. 157, abr. 2014. Disponível em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542014000300009&lng=es&nrm=iso

STAREPRAVO F. A.; REIS L. J. A.; MEZZADRI F. M.; MARCHI JÚNIOR W. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. *Revista Esporte e Sociedade*. ano 5, n.14. 2010.

STERN, A. et al Plano de Negócios: Arena Universitária - Desenvolvimento de Novos Serviços. Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2009. *In*: CUNHA, L. Análise das formas de subsistência de entidades esportivas da Universidade de São Paulo. Monografia (Bacharelado em Esporte) – Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TOLEDO, R. Gestão do esporte universitário: uma importante estratégia de marketing para as universidades. 1ª edição. São Paulo. Editora Aleph, 2006.

VELOSO, T. Projecto de desenvolvimento do desporto universitário de competição, exemplo a Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Gestão Desportiva. Universidade do Porto, Portugal, 2005.